



# DIÁRIO

## da Assembleia da República

XVI LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2024-2025)

## REUNIÃO PLENÁRIA DE 22 DE JANEIRO DE 2025

**Presidente:** Ex.<sup>mo</sup> Sr. [José Pedro Correia de Aguiar-Branco](#)

**Secretários:** Ex.<sup>mos</sup> Srs. [Jorge Paulo da Silva Oliveira](#)  
[Palmira Maciel Fernandes da Costa](#)  
[Gabriel Sérgio Mithá Ribeiro](#)  
[Maria Germana de Sousa Rocha](#)

## SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 4 minutos.

Deu-se conta da retoma de mandato de uma Deputada do BE.

Foi anunciada a entrada na Mesa da Proposta de Lei n.º 46/XVI/1.ª, dos Projetos de Lei n.ºs 445 a 460/XVI/1.ª e dos Projetos de Resolução n.ºs 574 a 585/XVI/1.ª.

Ao abrigo do [artigo 72.º](#) do Regimento, procedeu-se a um debate de urgência, requerido pelo PS, sobre «Falta de

respostas e instabilidade no Serviço Nacional de Saúde». Depois de o Deputado [João Paulo Correia](#) (PS) ter aberto o debate, intervieram, a diverso título, além da Secretária de Estado da Saúde (Ana Povo), os Deputados [Miguel Guimarães](#) (PSD), [Paulo Nuncio](#) (CDS-PP), [Pedro Pinto](#) (CH), [Mariana Mortágua](#) (BE), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Mário Amorim Lopes](#) (IL), [Paulo Muacho](#) (L), [Paula Santos](#) (PCP), [Rui Cristina](#) (CH), [Francisco Sousa Vieira](#) (PSD), [Susana Correia](#) e [Mariana Vieira da Silva](#) (PS).

































































































































O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Cristina, que dispõe de 3 minutos e 30 segundos.

O Sr. **Rui Cristina** (CH): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Começo por saudar os peticionários que se encontram aqui hoje na Casa da democracia. Sejam bem-vindos. Também quero realçar as duas petições que foram apresentadas, e o Chega identifica-se com elas.

Hoje, trazemos à Assembleia da República uma iniciativa que vai dar a maior importância e urgência relativamente ao reconhecimento da profissão de enfermeiro como de desgaste rápido e a antecipação da idade da reforma.

Os enfermeiros são um dos pilares do Serviço Nacional de Saúde, mas também são uma das profissões mais desgastantes, exigindo reconhecimento legislativo necessário e urgente. Com este projeto de lei, o Chega propõe a inclusão dos enfermeiros na lista de profissões de desgaste rápido, antecipando a idade da reforma para os 55 anos, para aqueles com 36 anos de carreira contributiva.

Nos últimos anos, o SNS recebeu sucessivos aumentos orçamentais, mas os resultados são claramente maus para os portugueses: tempos de espera nas urgências hospitalares, que são dignas do terceiro mundo e onde os doentes urgentes esperam mais de 18 horas, listas de esperas para consultas, para cirurgias, a demorarem meses e anos em alguns casos.

Enquanto não houver coragem política para avançarmos com verdadeiras reformas do SNS, os enfermeiros enfrentam jornadas extenuantes, muitas vezes de 16 horas, ausência de progressões na carreira e condições indignas, além de serem, muitas vezes, vítimas de violência. São fatores que têm levado ao êxodo destes profissionais, com a Ordem dos Enfermeiros registando, em 2023, uma média de quatro declarações diárias de intenção de emigração.

O desgaste físico e emocional dos enfermeiros é agravado pela prática de turnos, associada a riscos de saúde como doenças gastrointestinais, metabólicas e cardiovasculares. E, como nós sabemos, a pandemia evidenciou o alto risco da profissão e a necessidade de compensações, sendo a antecipação da reforma uma medida essencial na nossa perspetiva.

Ao comparar os enfermeiros com outras profissões de desgaste rápido, como bombeiros, mineiros, vemos que a complexidade do seu trabalho justifica ainda mais esta inclusão, e o reconhecimento e valorização dos enfermeiros são indispensáveis para reforçar o SNS, tornando-o mais justo e capaz de reter e atrair profissionais qualificados.

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, este projeto de lei é um ato de justiça. Reconhecer a profissão de enfermeiro como de desgaste rápido é valorizar quem cuida de todos nós. Apelamos aqui ao voto favorável de todas as bancadas, para que juntos possamos construir um Serviço Nacional de Saúde mais humano e eficiente.

*Aplausos do CH.*

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Paula Santos, do PCP, que dispõe de 3 minutos para uma intervenção.

A Sr.<sup>a</sup> **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Cumprimento os subscritores das petições que estão em debate na Assembleia da República.

Gostaria de dizer que o PCP também arrastou uma iniciativa com o objetivo de definir um regime laboral e de aposentação específico para os enfermeiros e, naturalmente, para que haja a devida compensação, dada a penosidade e o risco da profissão.

Nesta nossa iniciativa, aquilo que nós propomos é, de facto, que haja esta valorização dos enfermeiros. Estamos a falar de um grupo profissional que é indispensável ao Serviço Nacional de Saúde para prestar cuidados de saúde aos utentes, e nós consideramos que devem ser valorizados nos seus direitos, nas suas carreiras, nos seus salários, nas suas progressões, garantindo condições de trabalho.

Nesta nossa proposta, aquilo que nós contemplamos é que este regime laboral tenha em conta medidas específicas para a formação e valorização profissional, como medidas de proteção social, nomeadamente no que diz respeito a doenças profissionais, saúde e segurança no trabalho. Além disso, também deve ser

contemplado um regime de aposentação, com o acesso antecipado à aposentação, e a compensação da prestação do trabalho por turnos e trabalho noturno, o descanso compensatório, dias de férias, entre outros. Aliás, um conjunto de aspetos que consideramos que devem ser, naturalmente, objeto de discussão em sede de negociação coletiva com as organizações representativas dos enfermeiros.

O risco e a penosidade associados a esta profissão devem-se à exposição a produtos químicos, biológicos, picadas, cortes, mas também à carga emocional e ao facto de os enfermeiros, em muitas e muitas circunstâncias, prestarem trabalho por turnos e noturno, com todas as implicações que daí advêm, tanto no plano físico como no plano psíquico. Muitas vezes, estão até sujeitos a elevados ritmos de trabalho, dada a carência de profissionais, com turnos consecutivos que levam, naturalmente, a um enorme desgaste, *stress* e a um cansaço extremo.

Não poderia deixar de fazer uma referência neste debate à insuficiência daquilo que foi decidido por parte deste Governo no que diz respeito aos enfermeiros, porque é necessário ir muito mais longe. Há injustiças que não estão resolvidas e que importa resolver. Há necessidade, de facto, de ir mais longe na valorização da carreira, das progressões, nos salários.

A luta dos enfermeiros foi determinante para a resolução de muitos problemas e, portanto, deixo aqui esta palavra de saudação e de reconhecimento a todos os enfermeiros no nosso País.

*Aplausos do PCP.*

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Núncio, que dispõe de 3 minutos.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Começo por cumprimentar os peticionários presentes na Casa da Democracia.

Uma das petições hoje em discussão deu entrada em 2023. Por isso, posso começar por dar uma boa notícia aos peticionários: felizmente, o atual Governo já não é o Governo do Partido Socialista. Este Governo é do PSD e do CDS, que desde a tomada de posse está a resolver os problemas do SNS e a negociar com os profissionais de saúde.

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Pires** (BE): — Para não terem nada!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — O Governo da Aliança Democrática, com o trabalho exigente dos Ministérios da Saúde e das Finanças, celebrou um acordo histórico com os enfermeiros no passado dia 23 de setembro, que vai ao encontro das suas ambições. Este acordo resulta do plano de motivação dos profissionais de saúde, previsto no Programa do Governo.

O Governo conseguiu acordar o acréscimo de três níveis remuneratórios até ao final deste ano. O Governo conseguiu acordar o acréscimo de mais um nível remuneratório em 2026. E, finalmente, o Governo conseguiu acordar o acréscimo de mais dois níveis remuneratórios em 2027. Isto significa que os nossos enfermeiros, entre 2025 e 2027, terão um aumento significativo no seu vencimento.

Importa recordar que os nossos enfermeiros não viam as suas tabelas remuneratórias serem atualizadas há precisamente 15 anos, desde 2009. E, por isso, é até hipócrita que a esquerda venha hoje propor tudo e um par de botas aos enfermeiros,...

*Protestos da Deputada do BE Isabel Pires.*

... quando são os únicos responsáveis pelos indicadores que foram denunciados no final do ano passado, que não posso deixar de referir. Dos países da OCDE, Portugal tem a terceira pior remuneração para a profissão de enfermeiro; os nossos enfermeiros emigram para países com o dobro da remuneração praticada em Portugal; um terço dos nossos enfermeiros relataram sintomas de depressão grave no último ano; e, finalmente, os nossos enfermeiros enfrentam um aumento da carga horária de trabalho e uma fraca qualidade de sono, em virtude do trabalho por turnos.

Por isso, o CDS apresenta um projeto de resolução para que o Governo cumpra o acordo, em todas as etapas previstas, com os enfermeiros e continue a negociar ainda melhores condições com estes profissionais.

Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, os nossos enfermeiros têm um papel fundamental e de enorme responsabilidade na saúde dos portugueses. Estão presentes desde o nascimento dos nossos bebés até aos cuidados paliativos.

Termino como comecei, com uma boa notícia: este Governo é do PSD e do CDS e está determinado a libertar a saúde do legado do Partido Socialista.

*Aplausos do PSD.*

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Mário Amorim Lopes, que dispõe de 2 minutos.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Começo por saudar os petionários da Petição n.º 135/XV/1.<sup>a</sup>, que pretende a contabilização dos pontos no descongelamento da carreira, e da Petição n.º 67/XVI/1.<sup>a</sup>, que pretende a classificação da profissão de enfermeiro como de alto risco.

Relativamente à primeira petição, é uma questão de resolver aquilo que é uma enorme injustiça para os enfermeiros que já tinham competências, que já tinham trabalho, que já tinham experiência enquanto especialistas, mas que a categoria ainda não tinha sido criada, ainda não estava reconhecida à luz da lei e que acabaram por estar numa posição desfavorável comparativamente àqueles que acederam apenas a esta categoria em 2019. Portanto, esta é uma questão da maior elementar justiça e que deve imediatamente ser retificada.

Relativamente à classificação de profissão de alto risco, bom, isto mereceria certamente um debate muito mais alargado do que aquele que é possível no tempo disponível.

Creio que há aqui questões de equidade intra e interprofissionais entre profissões, porque todas as profissões conseguirão encontrar excelentes motivos para serem consideradas elas também de desgaste rápido, sejam polícias, bombeiros, médicos, assistentes operacionais, professores. Temos aqui um conjunto muito alargado de profissões e depois há uma questão de equidade intraprofissional — é que nem todos que têm aquela profissão têm exatamente o mesmo desgaste.

E aquilo que nós — e vamos instar, no futuro, para uma reflexão mais alargada — podemos fazer é considerar não para o cálculo do ano de reforma aquilo que se assume ser um ano de trabalho, ou seja, 35 ou 40 horas por semana, mas o número de horas efetivamente trabalhadas. Ou seja, alguém que trabalhe horas extra, faça turnos à noite, esse ano de trabalho não contaria como um ano efetivamente, mas eventualmente como um ano e um mês ou um ano e dois meses. E é possível também aqui colocar ponderadores, precisamente, de desgaste.

Quem faz turnos noturnos, tem, naturalmente, um desgaste acrescido. Esta, sim, é uma reflexão que podemos fazer, uma reflexão que é justa entre todas as profissões e, sobretudo, dentro da própria profissão, porque não são todos iguais dentro da própria profissão, e, já agora, em lado nenhum.

*Aplausos da IL.*

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada Sandra Pereira, do PSD, dispõe de 3 minutos para intervir.

A Sr.<sup>a</sup> **Sandra Pereira** (PSD): — Sr. Presidente, como já foi dito, estão aqui presentes várias iniciativas referentes à valorização remuneratória dos enfermeiros e também à atribuição do estatuto de desgaste rápido a esta profissão. Antes de mais, em nome do Grupo Parlamentar do PSD, quero saudar os subscritores das petições em apreciação, na sua maioria enfermeiros, e dizer-lhes o seguinte: o PSD e o Governo reconhecem a importância da vossa profissão.

Tanto assim é, Sr. Presidente, que o Governo assinou recentemente um acordo histórico que assegura uma significativa valorização remuneratória para todos os enfermeiros, a aplicar de forma faseada e que equivale à subida de seis níveis remuneratórios, correspondendo a um acréscimo de remuneração em 300 € até 2027, sendo que desde novembro passado esse acréscimo se cifrou nos 150 €, sem prejuízo dos aumentos anuais para a função pública.

Sr. Presidente, é um acordo histórico porque a tabela remuneratória dos enfermeiros não era objeto de valorização desde 2009.

A Sr.<sup>a</sup> **Carla Barros** (PSD): — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Sandra Pereira** (PSD): — Esta tabela resistiu à tão apregoada recuperação e valorização de rendimentos e passou intacta durante os quase nove anos de governação do Partido Socialista, tendo o atual Governo feito em seis meses aquilo que o anterior Governo não fez em nove anos.

**Vozes do PSD:** — Bem lembrado!

A Sr.<sup>a</sup> **Sandra Pereira** (PSD): — E isto tem de ser dito: fizemos em seis meses o que não foi feito em quase nove anos!

Sr. Presidente, este acordo está em andamento, em aperfeiçoamento, pois as negociações continuam, com o objetivo da celebração de um acordo coletivo e da revisão da carreira de enfermeiro, reivindicações deste setor que são muito importantes.

Relativamente à atribuição do estatuto de desgaste rápido, eu queria dizer que está constituído um grupo de trabalho, que, de resto, transitou da anterior Legislatura, tendo sido constituído pelo anterior Governo, e que apresentará conclusões até final de março.

Sem negar, naturalmente, os constrangimentos, os desafios, os riscos e o eventual desgaste que a profissão de enfermeiro, em si, acarreta, reconhecemos que muitas outras haverá em que o mesmo poderá suceder, pelo que, Sr. Presidente, face à crescente e constante reivindicação deste estatuto por outras profissões, o que nos parece pertinente é uma análise integrada que possa incluir medidas de reconversão profissional, medidas de mitigação de risco, estabelecendo critérios claros e objetivos por forma a assegurar a justiça entre todas as profissões e entre todos os trabalhadores.

É esse, precisamente, o propósito do grupo de trabalho, pelo que qualquer decisão antes de apresentadas as conclusões do próprio grupo de trabalho será, naturalmente, extemporânea. Por isso, aguardaremos as decisões desse grupo de trabalho para tomarmos decisões nesta matéria.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

*Protestos da Deputada do BE Isabel Pires.*

O Sr. **Presidente:** — Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Irene Costa, do Partido Socialista, por 3 minutos, também para uma intervenção. Faça favor.

A Sr.<sup>a</sup> **Irene Costa** (PS): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Em nome do Partido Socialista, saúdo todos os enfermeiros, em especial os peticionários, que trazem hoje a oportunidade deste debate, desafiando-nos a continuar a trabalhar em soluções que respondam às expectativas dos profissionais e às necessidades do País.

O PS reconhece bem a relevância da profissão de enfermagem e os desafios que enfrenta, designadamente no que respeita ao desgaste rápido e aos riscos associados à prática profissional.

Neste contexto, sublinhamos a criação do Grupo de Trabalho para o estudo das Profissões de Desgaste Rápido, que tem por objetivo analisar as condições de trabalho, os impactos físicos e emocionais nas diferentes profissões e nos diferentes contextos de trabalho. Este grupo está encarregue de propor medidas equitativas que mitiguem a penosidade e reconheçam o esforço daqueles e daquelas que trabalham em cenários de elevado risco.

O relatório final previsto para março de 2025 será, por isso, um passo fundamental para implementar soluções que sejam sólidas, justas e duradouras.

Quanto à questão da carreira e da contabilização dos pontos, queria dizer: o PS orgulha-se dos oito anos de valorização dos enfermeiros e da dignificação da profissão como pilar do SNS.

*Aplausos do PS.*

Em 2015, o PS iniciou um processo de reposição de direitos, desde logo a reposição das 35 horas semanais e a recuperação de remunerações reduzidas desde 2011. Adicionalmente, promoveu a diferenciação remuneratória de mais de 10 000 enfermeiros especialistas e regularizou situações precárias e de majoração do trabalho suplementar.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Agora a sério!

A Sr.<sup>a</sup> **Irene Costa** (PS): — Avançou no paralelo dos CIT (contratos individuais de trabalho) com os contratos de trabalho em funções públicas, promovendo igualdade e justiça laboral.

Em 2019, reorganizou a carreira de enfermagem e viabilizou competências, reconhecendo as categorias de enfermeiro-especialista e enfermeiro-gestor, devolvendo à profissão o progresso com base no mérito e no tempo de serviço.

Em 2022, regularizou a situação de 18 000 enfermeiros, numa medida com impacto financeiro de mais de 80 milhões de euros, e consolidou a carreira de cerca de 1000 profissionais através de avaliações específicas e interpretações individualizadas. Contudo, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, sabemos que a transição entre regimes legislativos gerou algumas iniquidades, particularmente para os enfermeiros que foram promovidos entre 2006 e 2009.

O PS continua atento a estes desafios que ainda persistem, e o grupo de trabalho sobre posições remuneratórias intermédias dos enfermeiros será essencial para corrigir injustiças e reforçar um SNS baseado na igualdade e na valorização profissional. É com este propósito que reafirmamos o compromisso de fortalecer carreiras e dignificar quem está na linha da frente, com sentido de responsabilidade, mas também com foco na sustentabilidade e na justiça, porque esta é a visão política e social que conduz sempre as ações no Partido Socialista.

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Presidente**: — Vamos passar ao sexto ponto da ordem de trabalho, com a discussão da Petição n.º 215/XV/2.<sup>a</sup> (Associação Salvador e outros) — Pela alteração do regime da acessibilidade aos edifícios e estabelecimentos (Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de agosto), juntamente com os Projetos de Resolução n.ºs 464/XVI/1.<sup>a</sup> (CH) — Recomenda ao Governo que proceda a um conjunto de atuações, no âmbito das condições de habitação e de autonomia e independência das pessoas com deficiência, 499/XVI/1.<sup>a</sup> (BE) — Alteração do Dia Nacional das Acessibilidades, 527/XVI/1.<sup>a</sup> (PCP) — Criação de um programa de financiamento para adaptação e eliminação de barreiras arquitetónicas em habitações de pessoas com mobilidade condicionada, 531/XVI/1.<sup>a</sup> (BE) — Promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência, 537/XVI/1.<sup>a</sup> (PAN) — Pelo cumprimento da legislação sobre acessibilidades e reforço dos direitos das pessoas com mobilidade reduzida, 538/XVI/1.<sup>a</sup> (PAN) — Procede à alteração do Dia Nacional das Acessibilidades, 546/XVI/1.<sup>a</sup> (PS) — Recomenda ao Governo a adoção de planos plurianuais de intervenção para melhoria das condições de acessibilidade, 556/XVI/1.<sup>a</sup> (L) — Recomenda o reforço dos meios do Instituto Nacional para a Reabilitação, I.P. e 558/XVI/1.<sup>a</sup> (CDS-PP) — Recomenda ao Governo que apresente a lei de bases para a deficiência e inclusão.

Para uma intervenção, dou a palavra ao Sr. Deputado Filipe Melo, que dispõe de 3 minutos e 30 segundos. Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: A Petição n.º 215/XV/2.<sup>a</sup> remete-nos para uma situação grave, que já há muito, muito tempo esta Assembleia tem vindo a debater, sem nunca fazer o óbvio, que é legislar e melhorar a legislação em vigor, e reporto-me ao Decreto-lei n.º 163/2006, de 8 de agosto. Significa isto que o decreto-lei que diz respeito ao regime de acessibilidade aos edifícios, estabelecimentos e habitações para pessoas portadoras de deficiência tem quase 20 anos sem sofrer uma única alteração — 20 anos em que esta Casa e sucessivos Governos ignoraram e continuam a ignorar, continuam a desprezar, as pessoas com deficiência.

É ano após ano que nós verificamos isto. Ano após ano, ouvimos falar em inclusão, mas onde está a verdadeira inclusão?

Quem nos está a ouvir há de se perguntar: qual é a inclusão que aqueles 230 representantes do povo reconhecem? Qual é essa inclusão? A inclusão que, infelizmente, é debatida nesta Casa é a inclusão das etnias, é a inclusão dos racismos, mas a inclusão das pessoas com deficiência é, mais uma vez, esquecida.

*Aplausos do CH.*

Para a esquerda e para a extrema-esquerda, a inclusão remete para raça, remete para cor, remete para sexo...

*Risos da Deputada do L Filipa Pinto.*

... e esquece quem realmente importa, que são as pessoas que precisam de nós, pessoas que nós fomos eleitos para representar mas que estão abandonadas, que não conseguem aceder a edifícios públicos, não conseguem ir a muitas repartições de finanças, não conseguem ir a bancos, a tribunais. Porquê? Porque não há acesso! São esquecidos, são descurados, são ignorados.

Mas não, esta Casa prefere discutir temas como o aborto, cuja legislação tentaram já várias vezes alterar, temas como a mudança de sexo, identidade de género, LGBT (lésbicas, gays, bissexuais e transgénero) não sei das quantas. É isto que interessa a esta Casa, é isto que interessa à esquerda, à extrema-esquerda, mas não, a nós não nos interessa isto!

*Aplausos do CH.*

A Sr.<sup>a</sup> **Filipa Pinto** (L): — Aí está ele!

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — A nós interessava-nos que o Salvador, que foi o primeiro subscritor desta petição, estivesse ali em cima, nas galerias, a ver-nos. Não está. Pois claro que não está, não consegue! Aqui, onde se fazem as leis, aqui, onde se aprovam as leis para essas mesmas pessoas, não temos condições nestas galerias para as receber. Não temos estas condições, e isto, sim, devia fazer os nossos governantes corarem de vergonha.

E não foi só a geringonça da extrema-esquerda com o PS. A atual geringonça do PSD com o CDS continua a desprezar estas pessoas! Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, é tempo de dizer: quem realmente precisa é esquecido no nosso País; quem tem tudo é levado ao colo neste País.

Mas não é quem tem tudo que precisa de ser levado ao colo. E eles também não precisam, só precisam de dignidade: a dignidade que esta Assembleia não lhes reconhece, a dignidade que os representantes da República não lhes reconhecem e a dignidade que os sucessivos Governos socialistas e sociais-democratas continuam sem lhes dar.

*Aplausos do CH.*

O Sr. **Presidente**: — Eu só queria clarificar que ao Presidente da Assembleia da República não chegou nenhum pedido de nenhuma pessoa com dificuldade de locomoção para assistir aos nossos trabalhos, nomeadamente do Salvador, nem informação de que tenha sido por essa razão que não está presente.

A Sr.<sup>a</sup> **Filipa Pinto** (L): — Muito bem!

O Sr. **Presidente**: — Porque seguramente que se esse pedido tivesse sido dirigido ao Presidente da Assembleia da República teriam sido criadas as condições para, como qualquer outro cidadão, que assistisse aos nossos trabalhos.

Portanto, quero fazer esta clarificação, também para que fique claro que esta é a verdade dos factos. Tem a palavra o Sr. Deputado José Soeiro, para intervir, por 3 minutos. Faça favor.



O Sr. **José Moura Soeiro** (BE): — Muito obrigado, Sr. Presidente, não só por me dar a palavra, mas também pelo esclarecimento que acabou de fazer.

Eu queria, em nome do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, saudar a iniciativa de Salvador Mendes de Almeida, saudar os peticionários e o agendamento deste debate sobre as acessibilidades e as responsabilidades do Estado.

Sr. Deputado Filipe Melo, dobre a língua antes de falar da atividade do Bloco de Esquerda no âmbito da inclusão e das pessoas com deficiência.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — O quê?! Dobra tu a tua língua! Trinca-a! Conheces-me de algum lado?!

O Sr. **José Moura Soeiro** (BE): — Se daquela tribuna, hoje, se pode falar numa cadeira de rodas, isso deve-se à adaptação deste edifício que foi feita pela eleição do Deputado Jorge Falcato, do Bloco de Esquerda, o primeiro Deputado que tinha cadeira de rodas e que foi eleito para este Parlamento.

*Aplausos do BE, do PCP, do L e de Deputados do PS.*

E não só aí! Muitas outras acessibilidades que foram criadas, precisamente, neste edifício público foram suscitadas pela eleição do Deputado Jorge Falcato, do Bloco de Esquerda, a quem presto também a minha homenagem.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Estás maluco, ou quê?!

O Sr. **José Moura Soeiro** (BE): — O Bloco de Esquerda traz a este debate duas iniciativas. A primeira tem a ver com o seguinte, e é muito simples: a Assembleia da República instituiu o dia 20 de outubro como Dia Nacional da Pessoa com Paralisia Cerebral, mas também instituiu o mesmo dia 20 de outubro como Dia Nacional das Acessibilidades. Duas realidades que são assinaladas no mesmo dia, o que foi uma confusão, e, portanto, é preciso clarificar essa confusão. Num caso foi uma iniciativa da Federação das Associações Portuguesas de Paralisia Cerebral, no outro foi, precisamente, da Associação Salvador.

O que se pretende com o nosso Projeto de Resolução n.º 499/XVI/1.<sup>a</sup> é, simplesmente, que o Dia Nacional das Acessibilidades passe a ocorrer na última quinta-feira de outubro, e não no dia 20, para não coincidir com o outro dia nacional.

O segundo projeto, o Projeto de Resolução n.º 531/XVI/1.<sup>a</sup>, é sobre o tema das acessibilidades propriamente dito, na perspetiva de concretizar, de realizar e de fiscalizar o cumprimento de uma lei que tem mais de 20 anos, e isso é importante dizer.

O que é que propomos? Propomos que, por um lado, seja debatido e divulgado publicamente o relatório do grupo interministerial que foi criado para a revisão do regime da acessibilidade aos edifícios públicos e habitacionais, o grupo que foi feito justamente para a revisão do decreto-lei de que estamos aqui a falar; e também, em segundo lugar, queremos que haja uma efetiva fiscalização do cumprimento da lei no caso dos edifícios públicos, porque sabemos que está ainda muito aquém.

Finalmente, nada disto será feito sem financiamento público. Nós podemos ter boas leis, podemos até ter fiscalização, mas, se não houver orçamento para apoiar a adaptação dos edifícios e para eliminar barreiras arquitetónicas, estaremos sempre a falar de bons princípios que não são materialmente concretizados. É por isso, também, que queremos reforçar o financiamento público para as acessibilidades.

*Aplausos do BE.*

O Sr. **Presidente**: — Para apresentar o projeto de resolução do PCP, tem a palavra o Sr. Deputado Alfredo Maia, que dispõe de 3 minutos.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Saudamos os subscritores da petição que motiva este debate e coloca em evidência o incumprimento do Decreto-Lei n.º 163/2006, sobre a remoção de

barreiras e obstáculos às pessoas com mobilidade condicionada. Trata-se de um debate que, para o PCP, não é novo, e de um tema a que temos dedicado muito do nosso trabalho, tanto na Assembleia da República como nas autarquias locais, valorizando também as reivindicações e as iniciativas dos movimentos associativo e sindical.

Volvidas duas décadas sobre a publicação desse diploma e passados quase 10 anos sobre o prazo para a adaptação às suas normas técnicas, são inúmeros os edifícios públicos ou os imóveis nos quais funcionam serviços públicos ou serviços abertos ao público que se mantêm inacessíveis ou que opõem gravosas dificuldades de acesso a muitos cidadãos.

Mas são também muitas, incontáveis, as barreiras que subsistem em prédios de habitação.

Duas décadas após a consagração legal de avanços, a realidade física continua hostil a quem se encontra condicionado na sua capacidade de locomoção. São as escadas sem rampas alternativas; rampas com perfis ou inclinações desadequadas; elevadores desadequados a cadeiras ou veículos com certas exigências técnicas; são as portas e os corredores estreitos; são as ruas, passeios e até as praças, peçados de obstáculos — um candeeiro de iluminação pública aqui, uma papeleira acolá, uma árvore mal localizada adiante, um armário de infraestruturas, etc., etc.

É igualmente clamorosa e até perigosa a falta de sinalização e sinalética adequada, especialmente de sinalização tátil, em estações ferroviárias e de metropolitano, centrais de camionagem, gares marítimas e fluviais, aerogares, aeroportos, paragens de autocarro, postos de abastecimento, entre muitos outros locais onde a igualdade de acesso deveria ser soberana.

A garantia de acesso para todos é uma preocupação do PCP há muitos anos, sendo justo destacar a iniciativa recentemente aprovada no âmbito da discussão do Orçamento do Estado para o ano em curso. Em coerência com essa proposta, o PCP traz hoje a debate a necessidade de criação e operacionalização de um programa de financiamento para a adaptação e eliminação de barreiras arquitetónicas em habitações de pessoas com mobilidade condicionada.

*Aplausos do PCP.*

O Sr. **Presidente**: — Para apresentar os projetos de resolução do PAN, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Inês de Sousa Real, que dispõe de 2 minutos.

A Sr.<sup>a</sup> **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente: Começo por saudar a Associação Salvador e os mais de 13 000 petionários que se mobilizaram em torno desta matéria, para que estejamos mais uma vez a discutir a questão das acessibilidades, porque não é, infelizmente, tema novo.

Não é aceitável que, em pleno século XXI, continuemos a ter obstáculos na via pública, passeios e edifícios que não estão adaptados, transportes públicos que não têm a acessibilidade mínima, nem tão-pouco informação disponibilizada em braile, pois estamos a falar do mais elementar, que já deveria estar a ser implementado, quando há 20 anos temos legislação sobre acessibilidades.

No entanto, os dados dizem-nos o mesmo: que vivemos um contexto em que um em cada quatro edifícios públicos, com atendimento ao público, não dispõe sequer de casas de banho adequadas a pessoas com mobilidade condicionada. Isso, sim, deveria levar-nos a um debate mais acalorado e não a um debate, como tantas vezes se estabelece aqui nesta Assembleia, em torno de questões que nada adiantam à vida das pessoas.

Por isso, pela dificuldade do próprio Instituto Nacional para a Reabilitação, em que, por falta de recursos financeiros e humanos, as denúncias têm vindo a surgir, é necessária uma maior atuação.

O PAN não acordou hoje para este problema. Recentemente, no Orçamento do Estado, precisamente pela mão do PAN, conseguimos assegurar uma verba para a adaptação das residências universitárias e prever a obrigatoriedade de o Governo aprovar este ano uma nova Estratégia Nacional para a Inclusão das Pessoas com Deficiência.

Mas é preciso ir mais longe e, por isso mesmo, o PAN hoje traz propostas muito concretas que ajudam a que haja um maior respeito pela legislação sobre acessibilidades no nosso País.

Desde logo, passaram cinco anos desde o último diagnóstico sobre acessibilidades nos edifícios da Administração Pública e não há qualquer avaliação do incumprimento das recomendações que nessa ocasião

foram apresentadas, nem tão-pouco indícios de que os dados apresentados possam ter sido atualizados. Por isso mesmo, propomos que o Governo veja o que se cumpriu e ficou por cumprir e que atualize os dados existentes para ver os progressos ou retrocessos ocorridos nos últimos cinco anos.

Queremos também empreender uma reflexão sobre os pontos críticos da legislação relativa às acessibilidades, nomeadamente sobre as exceções previstas e as dificuldades de fiscalização, assim como para que o Instituto Nacional para a Reabilitação tenha mais meios técnicos e recursos humanos para assegurar uma melhor fiscalização.

Finalmente, propomos que haja uma campanha nacional de sensibilização das obrigações previstas na legislação para as acessibilidades, importância essa que vai contribuir para tornarmos a sociedade mais justa...

*Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone da oradora foi automaticamente desligado.*

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Lia Ferreira, do Partido Socialista, que dispõe de 4 minutos.

A Sr.<sup>a</sup> **Lia Ferreira** (PS): — Sr. Presidente, cumprimento os Srs. e as Sr.<sup>as</sup> Deputadas e cumprimento em especial a Associação Salvador, que nos traz hoje esta petição e nos permite, neste debate, clarificar cinco aspetos essenciais.

Desde logo, ponto número um: a acessibilidade não é um ato caritativo. A acessibilidade não é para 10,9 % da população, como aqui vai sendo defendido e como vai sendo defendido em todo o lado. A acessibilidade não é um privilégio, nem sequer pode ser secundarizada; é um direito fundamental, e a falta de acessibilidade condiciona exatamente o exercício de direitos. Tem impactos muito grandes na vida de todas as pessoas ao longo dos seus ciclos de vida e na economia, nos territórios.

Portanto, 10,9 % das pessoas veem-se privadas da sua cidadania plena, precisamente pela falta de acessibilidade, e não pela sua condição, como já aqui ouvimos ser dito pelo Chega.

*Aplausos do PS, do BE, do PCP e do L.*

A petição em debate reflete a urgência por mudanças efetivas. Saudamos o acolhimento que este tema está a ter pelas diversas forças partidárias, percebemos a generalidade das propostas, mas estranhámos a proposta do CDS, que vem propor ao seu Governo, do qual faz parte, que apresente a execução do seu próprio programa. Ora bem, se o CDS não confia no seu Governo para executar o programa, como é que os portugueses e as portuguesas vão confiar? É, no mínimo, estranho!

*Aplausos do PS, do PCP e do L.*

Os Governos do Partido Socialista lideraram grandes transformações em matérias de acessibilidade e inclusão e, por isso, não aceitamos lições do Chega. Nós, no Partido Socialista, regulamentámos todas as normas técnicas de acessibilidade, inclusive aquela que está em curso e que já sofreu alterações, sim, e é preciso saber do que se está a falar. Nomeadamente, em outubro de 2023, constituímos o grupo de trabalho que é pedido precisamente por esta petição.

Portanto, o Partido Socialista não poderia estar mais alinhado com a petição. Aliás, constituímos equipas técnicas interministeriais para a promoção das acessibilidades, criámos planos estratégicos e programas de financiamento para as câmaras municipais e todos os organismos de Administração Pública e privados.

Foi um Governo do Partido Socialista que assinou e ratificou a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, da qual emergiu, nomeadamente, um paradigma, que é o paradigma dos direitos fundamentais, da autodeterminação, da autonomia — e estes devem ser o centro das políticas. Este foi um passo decisivo para a criação do modelo de vida independente, que, novamente, teve a assinatura do Partido Socialista.

Só nos últimos oito anos, foram mobilizados 77 milhões de euros para a acessibilidade.

Apesar de tudo o que já foi feito, há ainda muito a fazer, há ainda regulamentação a continuar, há financiamento a reforçar, há sensibilização, diagnósticos e fiscalização. Mas a verdade é que continuamos a ter

de efetivar mudanças práticas e não podemos continuar a discutir diagnósticos, a condicionar a nossa capacidade de ação à expectativa de mudanças urgentes, acreditando que irão resultar de processos de fiscalização, que revelam ser processos burocráticos muito longos e que apenas apuram responsabilidades e não trazem a eficiência de que precisamos.

Por isso mesmo, reforçando aquilo que nos é pedido na petição, aquilo que o Partido Socialista propõe hoje como contributo para este debate é, precisamente, a execução de cinco medidas objetivas, que passam por: planos plurianuais de intervenção para toda a Administração Pública, central e local, atualizados trianualmente, abrangendo via pública, edifícios e transportes; financiamento anual consistente, ajustado às necessidades identificadas; e intervenção transversal, porque a acessibilidade é mais do que rampas e elevadores, a acessibilidade também é digital, comunicacional, entre outras. Propomos também formação técnica e sensibilização, nomeadamente, de profissionais e comunidade em geral, e uma monitorização muito rigorosa dos planos plurianuais.

Portanto, a acessibilidade para nós, Partido Socialista, é um pilar essencial para a justiça social e para o desenvolvimento sustentável, e é isso que hoje queremos aqui clarificar neste debate: que a acessibilidade não é um favor, é um direito e que nos cumpre.

*Aplausos do PS e do L.*

O Sr. **Presidente**: — Para apresentar o projeto de resolução do Livre, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Isabel Mendes Lopes, que dispõe de 3 minutos.

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Caras e Caros Concidãos nas galerias, Caros Peticionários: Hoje esta Assembleia reúne para falar de justiça e de igualdade, e fazemo-lo pela ação da Associação Salvador e das mais de 13 000 pessoas que assinaram a petição que hoje discutimos.

A lei das acessibilidades dos edifícios públicos tem quase 20 anos. E, 20 anos depois, estamos ainda tão longe de garantir essa acessibilidade. Vamos evoluindo, mas é tudo demasiado lento para quem vive com barreiras no seu dia a dia.

Só são barreiras porque não fizemos antes as coisas bem feitas. Na prática, nós construímos essas barreiras.

Concordamos com o que é pedido na petição. Passados estes quase 20 anos, é preciso atualizar a lei e garantir que é verdadeiramente inclusiva. Essa revisão deve ser feita de forma alargada e ser sempre, sempre feita com e por pessoas com deficiência, como devem ser todas as medidas e decisões: feitas com e pelas pessoas que são diretamente afetadas por essas medidas e decisões.

Mas não basta atualizar a lei; é preciso garantir o orçamento, o financiamento, os meios para aplicar a lei de 2006 e a nova lei, quando existir, para fazer as obras e adaptações necessárias. Por isso, temos apresentado em Orçamento do Estado o reforço do financiamento.

Este, na verdade, é um investimento que o País tem de fazer, e é mesmo um investimento, porque todos ganhamos. O País ganha, quando todas as pessoas têm as condições para serem autónomas e para viverem livremente.

Como em tudo, é preciso fazer a fiscalização e garantir que a lei está a ser cumprida. Por isso, o Livre traz aqui hoje o reforço de meios financeiros, logísticos e humanos do Instituto Nacional para a Reabilitação, para potenciar a sua capacidade de ação na avaliação, promoção e fiscalização do cumprimento legal. É essencial a formação especializada de técnicos deste instituto para uma fiscalização eficaz.

Mas também são necessárias ações de formação para a transmissão de conhecimento e de informação aos técnicos das autarquias e da Inspeção-Geral de Finanças. Só assim se faz a fiscalização, a correção de erros passados e a prevenção de erros futuros.

As nossas ruas, os nossos parques, as casas, as escolas, os teatros, as lojas de cidadão, as juntas de freguesia, os transportes têm de ser acessíveis a todas as pessoas, porque todas as pessoas têm direito a ter a sua autonomia. Mas isso, de facto, requer um esforço coordenado, e espero que a petição e este debate pressionem o Governo para que os recursos sejam efetivamente colocados no derrubamento de barreiras e na verdadeira promoção da acessibilidade e dos direitos das pessoas com deficiência.

*Aplausos do L.*

O Sr. **Presidente**: — Para apresentar o projeto de resolução do CDS-PP, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Núncio, que dispõe de 3 minutos.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Todos queremos um Portugal que seja um país justo e solidário. Uma sociedade só é verdadeiramente justa se olhar para as pessoas portadoras de deficiência como pessoas com dignidade igual a todas as outras; e uma sociedade só é verdadeiramente solidária se incluir plenamente as pessoas portadoras de deficiência.

A justiça mede-se na atenção e no respeito que, como pessoas, merecem de todos nós. A solidariedade mede-se pelo esforço de desenvolver políticas públicas que assegurem as suas necessidades e promovam a sua inclusão plena na sociedade.

A solidariedade mede-se pelo esforço de desenvolver políticas públicas que assegurem as suas necessidades e promovam a sua inclusão plena na sociedade.

O CDS, em virtude da sua matriz democrata cristã, tem um legado inigualável na defesa das pessoas portadoras de deficiência; sempre as colocámos no centro da nossa ação política, através dos nossos autarcas, através dos nossos Deputados e, sobretudo, através dos nossos governantes, quando o CDS assumiu, sucessivamente, as pastas dos assuntos fiscais, da família e da solidariedade e segurança social em diversos governos de Portugal.

Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, saúdo, por isso, os peticionários, nomeadamente da Associação Salvador, por terem promovido este importante debate. O dever do Estado é promover o bem-estar e a qualidade de vida dos seus cidadãos, e o Estado é tão mais bem-sucedido quanto o fizer para os mais frágeis, para os mais vulneráveis e para os mais desamparados.

A ausência de acessibilidades representa, na nossa ótica, o primeiro momento de exclusão social. O CDS, por isso, apresenta hoje um projeto de resolução, em que recomenda ao Governo que apresente a esta Câmara uma proposta de lei de bases para a deficiência e inclusão que o seu programa prevê.

Num país livre e democrático, a inclusão é um direito, não é um privilégio. Não há cidadãos de segunda, não há cidadãos a meias, não há solidariedade a mais. A Associação Salvador e as pessoas portadoras de deficiência podem contar com o CDS.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não há palmas? Nem uma palminha ao Paulo Núncio!? São parceiros de coligação e nem uma palminha?!

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Joana Cordeiro, da Iniciativa Liberal. Tem 2 minutos para a sua intervenção. Faça favor.

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Cordeiro** (IL): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Gostaria de começar por saudar os mais de 13 000 subscritores desta petição, que nos pedem simplesmente acessibilidades.

E começo a minha intervenção pedindo desculpa — e lamentando —, enquanto representante eleita deste órgão de soberania, porque neste mesmo edifício, na Casa da democracia, quando se realizou a audição de peticionários, Salvador Mendes de Almeida — fundador e Presidente da Associação Salvador, a primeira peticionante desta petição —, foi obrigado a esperar para conseguir entrar.

Felizmente, o problema aqui está resolvido, mas infelizmente, isto reflete o que acontece diariamente aos cidadãos portadores de deficiência. Acontece a todos os que são pais e querem levar os filhos à escola, acontece quando precisam de ir ao médico, acontece quando vão trabalhar, acontece quando precisam de aceder a um serviço do Estado ou, simplesmente, acontece quando tentam contactar ou ir a qualquer outro lugar que não tenha as acessibilidades adequadas.

Srs. Deputados, o Estado não pode prometer e não cumprir e, principalmente, não pode falhar a quem mais dele precisa. E é por isso que concordamos que é preciso rever o regime em discussão, é por isso que concordamos na importância de termos um código da construção que seja claro e que seja simples. A legislação existente não contribui para esta clareza e, portanto, depois é difícil garantir que tudo é cumprido, e mais difícil ainda é depois conseguir fiscalizar.

Dito isto, contem com a Iniciativa Liberal para uma reflexão séria sobre este regime das acessibilidades, para que o Estado cumpra com a sua obrigação constitucional de integrar todos os cidadãos portadores de deficiência e para que mais nenhum cidadão tenha de esperar para ter uma vida verdadeiramente inclusiva e com toda a autonomia.

*Aplausos da IL.*

O Sr. **Presidente**: — Tem de seguida a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado João Antunes dos Santos, do PSD. Tem 3 minutos, Sr. Deputado.

O Sr. **João Antunes dos Santos** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Quero, naturalmente, começar por saudar os milhares de pessoas que assinaram a petição que pugna pela alteração do regime de acessibilidades e quero, em nome pessoal e em nome do Grupo Parlamentar do PSD, cumprimentar, reconhecer e agradecer o grande exemplo — sublinho, o grande exemplo — e o valioso trabalho que o Salvador Mendes de Almeida e a Associação Salvador têm feito no nosso País, na construção de uma sociedade, de um País mais justo, mais inclusivo e mais digno. Muito, muito obrigado ao Salvador e à Associação Salvador por aquilo que têm feito em prol do nosso País e em prol da dignidade no nosso País.

*Aplausos do PSD, da IL e do CDS-PP.*

Quero naturalmente, também, agradecer a todos os partidos pelas iniciativas que hoje aqui trazem a discussão, porque se concordamos mais com umas e menos com outras, isso é, naturalmente, fruto da democracia. E não me canso de dizer que se há matéria que, apesar dos discursos às vezes mais inflamados, une todos os partidos, da esquerda à direita — na priorização do tema, na priorização do problema e no consenso que existe de encontrar uma resposta coletiva —, é necessariamente a matéria das pessoas com deficiência, da eliminação das barreiras físicas e a matéria das acessibilidades, que aqui hoje tratamos.

Isto apesar, como eu disse, dos discursos inflamados que às vezes aqui ouvimos, como o discurso do Chega, de há pouco, que, salvo melhor opinião, desrespeitou em certa medida as pessoas com deficiência...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ei, Ei!

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Não digas asneiras!

O Sr. **João Antunes dos Santos** (PSD): — ... e o discurso do Partido Socialista, que parecia um discurso do País das maravilhas, como se o Partido Socialista tivesse resolvido todos os problemas,...

*Protestos de Deputados do PS.*

... fosse dono do tema, tivesse feito tudo nos últimos anos. Mal de nós se, desde 2006 — data do diploma — até agora, não tivessem feito nada!

*Aplausos do PSD.*

Mas, apesar de tudo, acho que estamos unidos na priorização do tema.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Vá lá, falaste três vezes!

O Sr. **João Antunes dos Santos** (PSD): — Posto isto, importa recordar que esta petição foi promovida e deu entrada...

A Sr.<sup>a</sup> **Lia Ferreira** (PS): — Foi o PS!

O Sr. **João Antunes dos Santos** (PSD): — ... ainda na anterior Legislatura, ou seja, aquando do Governo do Partido Socialista.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Como é que te chamas?

O Sr. **João Antunes dos Santos** (PSD): — Como sabemos, no âmbito do PRR existe o Programa de Acessibilidades 360º, com uma dotação de 53 milhões de euros, que visa melhorar as acessibilidades para pessoas com mobilidade reduzida em espaços e edifícios públicos e habitações.

Quando este Governo tomou posse, a taxa de execução física deste programa cingia-se unicamente a 1 %. No que respeita à execução financeira, 28 % da dotação estava comprometida e somente 6 % estava paga.

O atual Governo, desde a primeira hora, procurou perceber o porquê destas baixas taxas, concluindo por um desenho pouco eficaz dos programas propostos, não obstante o mérito das boas intenções.

Por exemplo, não se compreende que sejam os municípios a preparar e submeter candidaturas, uma vez que as organizações não governamentais de pessoas com deficiência estariam mais bem posicionadas para o fazer, dado o seu conhecimento e proximidade com os destinatários finais.

Com o esforço deste Governo, a taxa de execução física tem vindo a melhorar progressivamente, apesar de ainda permanecer baixa. A execução financeira passou de 28 % da dotação comprometida para 63 % enquanto os pagamentos subiram de 6 % para 14 %. Também este Governo pugnou pelo envolvimento ativo das ONG (organizações não governamentais) de pessoas com deficiência no apoio à submissão de candidaturas pelos municípios, destacando-se, naturalmente, o papel da Associação Salvador.

Apesar de o prazo de execução do PRR se aproximar a olhos vistos, o Governo continua empenhado em executar o Acessibilidades 360º e, mais do que isso, continua empenhado, sensibilizado e motivado em trabalhar por um País mais justo e mais digno...

*Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.*

*Aplausos do PSD.*

O Sr. **Presidente**: — Com isto, terminou o ponto seis.

Vamos entrar no ponto sete da nossa ordem de trabalhos, referente à Petição n.º 168/XV/1 (de Anabela Henriques Pereira e outros) — Por médicos de família no Centro de Saúde Ourém e nos seus polos.

Para uma primeira intervenção, dou a palavra ao Sr. Deputado Pedro Correia, do Chega, que dispõe de 3 minutos e 30 segundos.

*Pausa.*

Aproveito para informar que estão a assistir aos nossos trabalhos um conjunto de peticionários subscritores desta petição.

O Sr. **Pedro Correia** (CH): — Sr. Presidente e Srs. Deputados: As minhas primeiras palavras são de saudação a todos os peticionários vindos de Ourém, um extraordinário concelho que contém duas cidades, Ourém e Fátima, e quatro vilas — Freixianda, Caxarias, Olival e Vilar dos Prazeres —, com as suas demais freguesias implantadas na região serrana do distrito de Santarém.

O Partido Chega faz aqui o seu agradecimento aos peticionários e associa-se a esta petição, recomendando ao Governo a implementação de um serviço de atendimento permanente em Ourém e a criação de medidas para atrair e fixar médicos de família na região.

Este concelho, caracterizado pela sua dispersão territorial e habitacional, com um elevado índice de envelhecimento e de dependentes na sua população, com uma rede muito deficitária nos transportes públicos, enfrenta desafios significativos no acesso a cuidados de saúde, especialmente no que diz respeito à disponibilidade de médicos de medicina geral e familiar.

Senão vejamos: a UCSP Ourém (Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados) e a USF Auren (Unidade de Saúde Familiar) registam, atualmente, 14 724 utentes sem médico de família, o que corresponde a 44,95 % dos utentes, ou seja, quase metade dos utentes do concelho não têm médico de família.

Dos seus 13 polos, muitos estão sem nenhum médico, noutros apenas trabalha um, e em todos, o horário e os recursos humanos são claramente insuficientes. A situação irá sofrer um forte agravamento, dado que alguns médicos estão na idade da reforma e outros estão a pedir a mobilidade e/ou a rescindir o seu contrato.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, nestas condições estima-se que para cumprir a média nacional de utentes por médico de família estejam em falta nove médicos, havendo mais três que se preparam para sair; ou seja, 12 vagas de médicos de família no concelho de Ourém.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Pedro Correia** (CH): — Do nosso lado, a nossa visão passa por um serviço de atendimento permanente em Ourém.

A sua ausência sobrecarrega as urgências do hospital de referência, em Leiria, e não atende adequadamente as necessidades da população local. A implementação de um SAP no concelho de Ourém permite um alívio significativo nas urgências hospitalares e um atendimento mais eficiente e acessível para os residentes de Ourém.

Mas este não é um problema recente. Já em 2022, tinha sido solicitado que Ourém fosse considerado um concelho de carência médica, o que iria permitir que o médico que fosse ali colocado passasse a usufruir de um acréscimo na sua remuneração.

Assim, recomendamos ao Governo que proceda à implementação de um serviço de atendimento permanente ou um centro de atendimento clínico em Ourém e implemente medidas com vista à atração e fixação de médicos de família na região.

*Aplausos do CH.*

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, passo a palavra à Sr.<sup>a</sup> Deputada Paula Santos, do PCP, que tem 3 minutos. Faça favor.

A Sr.<sup>a</sup> **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Em primeiro lugar, o PCP quer dirigir uma saudação aos utentes, à população de Ourém, que subscreveu e que trouxe esta petição à Assembleia da República e que, neste momento, coloca a Assembleia da República a discutir este problema, que consideramos um problema grave, que é a falta de médicos de família no concelho de Ourém. E a falta de médicos de família significa que muitos e muitos utentes não têm o adequado acompanhamento da sua situação de saúde, com tudo o que isso significa, até de privação, de negação e de dificuldades acrescidas no acesso aos cuidados de saúde.

Os números que são conhecidos, e que são públicos, o que nos dizem é que cerca de 45 % dos utentes não têm médico de família, há extensões de saúde que não têm um único médico alocado, registou-se redução de horários de atendimento, aumento de carga de trabalho sobre os profissionais que estão, neste momento, a desempenhar funções, havendo preocupações também, pelo facto de muitos dos médicos se estarem a aproximar da idade de aposentação e sem ver solução para resolver este problema. E, se nada for feito, a situação só tende a agravar-se.

Esta situação de Ourém é o reflexo do que tem sido o desinvestimento no Serviço Nacional de Saúde, o desinvestimento nos profissionais de saúde, que tem deixado os utentes sem a resposta adequada e de proximidade para assegurar um direito que a nossa Constituição consagra, o direito à saúde.

Nós, aqui, trazemos um conjunto de propostas que consideramos urgentes, desde logo que os cuidados de saúde primários, também no Concelho do Ourém, sejam dotados dos meios necessários para o cumprimento da sua missão. E a sua missão é não só a prevenção, mas também prestar cuidados de saúde, fazer o adequado acompanhamento de proximidade dos utentes e que sejam incluídos nesta resposta, naturalmente, meios complementares de diagnóstico e terapêutica mais simples, porque isso permitiria alargar, em muito, a resposta ao nível dos cuidados de saúde primários.



Em segundo lugar, naturalmente, tomar medidas para assegurar a atribuição de médico e enfermeiro de família a todos os utentes. E aquilo que estas medidas exigem é a valorização dos profissionais de saúde nas suas carreiras, nos seus salários, nas suas condições de trabalho, para que os profissionais queiram desempenhar funções no Serviço Nacional de Saúde.

Esta é a forma de se conseguir fixar profissionais no Serviço Nacional de Saúde, não é atacá-los, não é desvalorizá-los, muito pelo contrário. É preciso valorizar carreiras, garantir condições de trabalho, progressões, direitos, uma perspetiva de desenvolvimento profissional, para permitir a fixação dos profissionais e, assim, assegurar esta resposta ao nível dos cuidados de saúde primários e dos cuidados hospitalares.

Consideramos, também, que devem ser alargadas as respostas ao nível dos cuidados de saúde primários com mais valências, nomeadamente na área da saúde oral, da saúde visual, na área da fisioterapia também, nutrição, saúde mental — são tudo aspetos que consideramos essenciais, e é, nesse, sentido que intervimos e que nos vamos bater para que sejam...

*Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone da oradora foi automaticamente desligado.*

*Aplausos do PCP.*

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Isabel Pires, do Bloco de Esquerda, que dispõe de 3 minutos.

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Pires** (BE): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputadas: Queremos saudar, em primeiro lugar, as quase 9000 pessoas que assinaram esta petição, que nos alerta para algo de que temos vindo a falar há muito, que é, na verdade, a falta de médicos de família no País, neste caso em concreto, a falta de médicos de família em Ourém.

Desde dezembro de 2019 até dezembro de 2024, o número de utentes não inscritos em listas mais do que duplicou, e, hoje, existem cerca de 15 % dos utentes inscritos em cuidados de saúde primários sem médico ou sem equipa de família atribuídos, uma percentagem muito elevada e que só têm vindo a piorar com os falhanços consecutivos, incluindo do atual Governo, no que toca à contratação de especialistas em medicina geral e familiar para o SNS.

Lembramos, apenas, que no último concurso que servia para a contratação dos recém-especialistas, cerca de 70 % das vagas para medicina geral e familiar ficaram por ocupar, ou seja, o Governo conseguiu atrair apenas 30 % dos médicos para as vagas abertas, e desperdiçou muitos recém-especialistas que tinham acabado de se formar. Qual é a consequência de tudo isto? A falta de cobertura total por médico e equipa de saúde familiar faz com que o utente não tenha um acompanhamento regular, o que traz, conseqüentemente, impactos negativos na vigilância das patologias, no acompanhamento do estado geral de saúde e na prevenção da doença.

Segundo os dados oficiais do Portal de Transparência do SNS, em dezembro de 2024, Lisboa e Vale do Tejo, onde se inclui o concelho de Ourém, continuava a ter mais de 1 milhão de utentes sem médico de família. Sobre o concelho de Ourém especificamente, e segundo dados do BI (Bilhete de Identidade) dos Cuidados de Saúde Primários, a Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados de Ourém tinha, em dezembro de 2024, pouco mais de 30 000 utentes inscritos, dos quais cerca de 17 500 sem médico de família, ou seja, quase 60 % do total dos utentes. Estamos a falar, no concreto, de 10 médicos para 14 unidades e para uma população envelhecida, a carecer de muitos cuidados e de um acompanhamento regular para vigilância das suas patologias e vigilância do seu estado geral de saúde.

Portanto, Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, o que é que exigem, hoje, estes quase 9000 peticionários? Exigem o básico: exigem a contratação de médicos de família para que todos tenham acesso a uma equipa de saúde familiar; exigem do poder político medidas capazes de garantir essa contratação, e fixação, desses profissionais, medidas que façam com que, em Ourém, toda a gente possa ter acesso pleno aos seus cuidados de saúde primários.

É isso mesmo que está no nosso projeto de resolução: o reforço, de imediato, do número de vagas para a contratação de médicos de família para o UCSP de Ourém, promover políticas públicas para a fixação dos profissionais do SNS e, por fim, criar incentivos públicos e organizados, a partir de um planeamento em saúde feito pelo Governo, nomeadamente, o alargamento de vagas carenciadas e reforço das suas majorações, e

alargamento dos incentivos não pecuniários como, por exemplo, o apoio à habitação, acesso a infantário ou apoio à fixação do cônjuge no mesmo...

*Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone da oradora foi automaticamente desligado.*

*Aplausos do BE.*

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado Paulo Muacho, do Livre, que dispõe de 3 minutos.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Metam o Rui Tavares! Ah, o Rui Tavares não vem!...

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Em primeiro lugar, quero também agradecer aos petionários que trouxeram esta questão — desta situação crítica que se vive no concelho de Ourém, relativamente ao acesso aos cuidados de saúde primários — à discussão no Parlamento.

De acordo com os dados do Portal de Transparência do SNS, em dezembro de 2024, a Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados de Ourém tinha 30 404 utentes inscritos, dos quais 17 471 sem médico de família atribuído. Isso representa 57 % do total de utentes, dados que já foram aqui referidos.

Segundo os dados que constam da própria petição, o número de utentes sem médico de família na UCSP de Ourém e na USF Auren, em fevereiro de 2023, era de 44,95 %. Ou seja, ao contrário daquilo que nos vão dizendo, daquilo que nos querem fazer crer, pelo menos para estas populações, servidas por estes serviços, a situação está pior, não tem estado a melhorar. Isto, temos de ser claros, não é aceitável.

Há várias regiões do País afetadas por este problema. Já foi aqui referido o caso da região de Lisboa e Vale do Tejo, na qual Ourém também se insere, que tem mais de 1 milhão de utentes sem médico de família, cerca de 30 % do total de inscritos, e esta situação não é aceitável.

A falta de médicos de família é uma limitação grave do Serviço Nacional de Saúde — não só compromete a universalidade do acesso aos cuidados, como tem impactos negativos no acompanhamento do estado geral de saúde do utente, na prevenção da doença e na literacia em saúde da população.

De facto, há vários estudos que demonstram que sistemas com forte orientação para os cuidados de saúde primários apresentam melhores resultados, maior equidade no acesso e uma utilização mais eficiente dos recursos disponíveis. Da mesma forma, países europeus com redes robustas de cuidados primários revelam menores taxas de hospitalizações necessárias e melhores indicadores gerais de saúde. A carência de médicos de família no Serviço Nacional de Saúde resulta principalmente do desinvestimento no serviço público e nos seus recursos humanos e numa desvalorização contínua e progressiva da carreira médica.

A solução, na nossa opinião, não passa nem vai passar, por apostarmos no USF modelo C nem pela externalização para o setor privado e para o setor social, mas, sim, pelo investimento e valorização no SNS.

É por isso que o Livre apresenta uma iniciativa para recomendar ao Governo a abertura urgente de concursos para a contratação de médicos de família, o reforço da formação de médicos especialistas em medicina geral e familiar e a aplicação de medidas que promovam a atratividade e a retenção de médicos de família no SNS. Consideramos que estas medidas são urgentes, são necessárias e precisamos de trabalhar definitivamente para resolver os problemas destas populações.

*Aplausos do L.*

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado Ricardo Oliveira, do PSD, dispondo de 3 minutos. Faça favor.

O Sr. **Ricardo Oliveira** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Começo por saudar, em nome do Grupo Parlamentar do PSD, os petionários desta iniciativa — 8811 cidadãos que assinaram esta petição, entrada neste Parlamento em 2023 —, que hoje debatemos conjuntamente com vários projetos de resolução focados no tema do reforço dos cuidados de saúde no Centro de Saúde de Ourém. Curiosamente, tanto a

petição como os projetos de resolução em debate evidenciam o declínio a que foi sujeito o Serviço Nacional de Saúde, pela má gestão dos governos do Partido Socialista.

O Sr. **Francisco Sousa Vieira** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Pedro Correia** (CH): — E a Câmara de Ourém?!

O Sr. **Ricardo Oliveira** (PSD): — Durante anos, assistimos a promessas ocas e à incapacidade de resolver os problemas estruturais que afetam diretamente a vida das pessoas, com destaque aqui para o distrito de Santarém.

O reforço de recursos humanos foi sistematicamente adiado, enquanto os profissionais de saúde enfrentavam condições de trabalho insustentáveis, levando, até, à sua saída em massa do SNS. A consequência? Centros de saúde a funcionar no limite, listas de espera intermináveis e populações, como a de Ourém, que foram abandonadas à sua sorte. Mas, com o empenho do município de Ourém e com uma nova ação governativa, liderada pelo PSD, as coisas já começaram a mudar.

O Sr. **Francisco Sousa Vieira** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Ricardo Oliveira** (PSD): — Em vez de discursos estéreis, estamos a implementar medidas concretas para recuperar e fortalecer o SNS.

*Aplausos do PSD.*

As diferenças já se fazem sentir. Neste preciso momento...

*Protestos do CH e do PCP.*

Os senhores não queriam, preferiam manter o caos, mas acabaram as listas de espera, madrugada fora, à porta do Centro de Saúde de Ourém. Acabaram, neste preciso momento!

O Sr. **Francisco Sousa Vieira** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Pedro Correia** (CH): — Sim, com uma tenda! Acabaram porque estão lá fora!

O Sr. **Ricardo Oliveira** (PSD): — Os senhores não queriam, preferiam manter o caos, mas todas as extensões de saúde de Ourém têm um médico, coisa que não acontecia há mais de cinco anos.

*Aplausos do PSD.*

O reforço do investimento nos cuidados de saúde primários e na modernização das infraestruturas demonstra um compromisso real do atual Governo com a qualidade de vida das pessoas e com o futuro do Sistema Nacional de Saúde. Lá fora, no País real, o que importa às pessoas é a garantia da dignidade e igualdade no acesso à saúde.

O que o Governo quer é resolver os problemas das pessoas. Apesar do ruído, que convém à oposição, é nisso que estamos focados: facilitar a vida das pessoas. Por isso, cá estamos, para devolver a confiança e eficiência ao SNS. O PSD já está a mostrar que é capaz de planear, decidir e fazer. Essa é a nossa grande diferença. É que nós, Srs. Deputados, fazemos.

*Aplausos do PSD.*

*Protestos do PCP.*

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para uma intervenção o Sr. Deputado Hugo Costa, do Partido Socialista, que dispõe de 3 minutos. Faça favor.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Sr. Presidente. Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Vamos ver se a minha voz me permite terminar a intervenção.

Em primeiro lugar, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, saúdo e cumprimento os mais de 8800 peticionários desta petição. Enquanto relator, já tinha visto o seu relatório aprovado na última Legislatura.

O concelho de Ourém é o concelho com mais população da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, que, segundo os dados oficiais, apresenta cerca de 44 500 habitantes, divididos em 13 freguesias. É, igualmente, o segundo concelho com mais população de todo o distrito de Santarém. Por razões de proximidade pessoal e política, conheço bem o que esta população sofre nos acessos aos cuidados de saúde. Expressamos a nossa solidariedade.

Segundo os dados que recolhemos, 40 % dos habitantes do concelho não apresentam, atualmente, médico de família. O concelho está, de forma simplista, dividido entre Fátima, onde não existem constrangimentos significativos, e as restantes 12 freguesias, onde esse caso não é verdade. A UCC (Unidade de Cuidados Continuados) de Ourém só tem um médico de família e a USP (Unidade de Saúde Pública) tem, segundo os dados recolhidos, 10 médicos, sendo que são acrescentados nove médicos, do projeto denominado «Bata Branca», o que leva a uma não-resolução do problema, visto que esse projeto, que é desenvolvido pelo município, não garante 100 % das horas que os médicos têm.

O Governo anunciou a resolução imediata dos problemas da saúde.

O Sr. **Francisco Sousa Vieira** (PSD): — É verdade!

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Em Ourém, como no resto do País, isto não acontece. No passado, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, e o Partido Socialista, sempre assumiram que existia um problema com os médicos em Ourém. Nunca fizemos o que o Partido Social Democrata aqui fez, dizendo que está tudo bem, está tudo às mil maravilhas e que as pessoas de Ourém têm médico de família, o que é falso,...

O Sr. **Pedro Correia** (CH): — Claro, evidentemente!

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — ... 40 % não têm médico de família.

O Sr. **Pedro Correia** (CH): — Têm uma tenda, para fazer fila cá fora!

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Sr. Deputado Ricardo Oliveira: 40 % dos utentes de Ourém não têm médico de família. Isto é uma verdade.

*Protestos do Deputado do PSD Ricardo Oliveira.*

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista, no passado, assumiu este problema. Lamento que o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata venha aqui atirar areia para os olhos. O problema não está resolvido,...

O Sr. **Pedro Correia** (CH): — Claro!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não está, pois não!

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — ... o problema está igual e está pior na saúde. Este é um facto. E a forma como o PSD vê a saúde faz com que já vá na demissão do terceiro Diretor do Serviço Nacional de Saúde. É a forma como vocês olham para a saúde!

*Aplausos do PS.*

*Protestos de Deputados do PSD e de Deputados do CH.*

É o terceiro Diretor do Serviço Nacional de Saúde demitido.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — São iguais! São iguais!

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Por isso, não vamos aqui tirar areia para os olhos das pessoas. Existe um problema na saúde de Ourém. Existe um problema que obriga a soluções. E podem contar com o Grupo Parlamentar do Partido Socialista para trabalharmos nesse sentido.

O Sr. **Pedro Correia** (CH): — Estiveram no Governo oito anos!

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Naturalmente, há um problema, em Ourém, que deve ser debatido.

O Sr. **Francisco Sousa Vieira** (PSD): — Oito anos!

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — E, obviamente, deve ser debatido, em conjunto com os autarcas locais — porque a decisão foi dos autarcas locais —, se faz sentido o concelho de Ourém estar, do ponto de vista da saúde, em Leiria, como está neste momento, na ULS de Leiria, ou se faz sentido estar, como estava anteriormente, na do Médio Tejo.

Temos de discutir onde está a melhor resposta, obviamente, em conjunto com os autarcas, e esse é um tema que deve ser debatido, se faz sentido estar na resposta do Centro Hospitalar do Médio Tejo...

*Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.*

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado Mário Amorim Lopes, da Iniciativa Liberal, que dispõe de 2 minutos. Faça favor.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Antes de mais, gostaria de saudar, naturalmente, os peticionários que vêm aqui pedir médico de família no centro de saúde de Ourém.

Na verdade, esta preocupação que os peticionários têm é transversal, não apenas a Ourém, mas a muitos concelhos deste País, e não é de agora. Quando olhamos para os dados do Portal de Transparência do SNS, em 2016 tínhamos 1 milhão de pessoas em Portugal sem médico de família. No final de 2023, temos 1 milhão e 750 mil. Depois houve uma alteração administrativa, não se percebe bem a título de quê, e baixou para 1 milhão e 500 mil cidadãos sem médico de família.

Ou seja, estamos desde 2016, quase 10 anos depois, com um problema agudizado e não se resolveu absolutamente nada.

Perante isto, há duas possibilidades, duas abordagens distintas. Uma delas, dogmática, tipicamente seguida pela extrema-esquerda e por aquela que, sendo extrema-esquerda, aparenta ser mais modernista, é dizer: «Aqui-d'el-rei!» — ou melhor — «Aqui-d'el-Marx! Qualquer tipo de contratualização com o setor privado ou o setor social, mesmo que resolva o problema destas pessoas, não pode ser! Deixemo-las sem médico de família!»

*Risos do Deputado do CDS-PP Paulo Nuncio.*

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Pires** (BE): — Vai-me dizer que não há falta de médicos, é?

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Depois, há uma posição alternativa, moderada, pragmática, que é esta: devemos contratar mais médicos de família para o SNS? Com certeza que sim! Temos de suprir as necessidades do setor público. Mas, entretanto, porque elas continuam há quase 10 anos, temos de resolver o

problema dos portugueses e dos utentes, de Ourém e não só. Portanto, podemos e devemos contratualizar com o setor social e com o setor privado.

*Protestos do Deputado do L Paulo Muacho.*

Podemos usar, aliás, um instrumento que é um legado bom do Partido Socialista, as USF de modelo C, criação do Ministro Correia de Campos, precisamente para permitir usar a capacidade instalada na prestação de serviços públicos para auxiliar esses utentes.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Eles já não são de extrema-esquerda?

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — E podemos contratualizar também, certamente, com as misericórdias. Portanto, a questão que se coloca é: queremos resolver o problema destes utentes ou queremos ideologia, falta de pragmatismo, dogmatismo e não resolver problema absolutamente nenhum?

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Cegueira ideológica!

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Pires** (BE): — É pôr mais médicos!

A Sr.<sup>a</sup> **Paula Santos** (PCP): — São mais médicos que resolvem os problemas!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Eu creio que sabemos qual é a vossa posição.

*Aplausos da IL.*

O Sr. **Presidente**: — Com isto, está terminado este ponto.

Vamos passar ao oitavo ponto da ordem de trabalhos, que consiste no debate da Petição n.º 161/XV/1.<sup>a</sup> (António Manuel Antunes Marçal e outros) — Respeitar os oficiais de justiça, melhorar as suas condições de trabalho e valorizar o seu estatuto de carreira para um normal funcionamento do sistema de justiça, dos Projetos de Lei n.ºs 127/XVI/1.<sup>a</sup> (PCP) — Integração do suplemento de recuperação processual no vencimento dos funcionários judiciais (primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 485/99, de 10 de novembro), 425/XVI/1.<sup>a</sup> (PAN) — Prevê a concretização da revisão do Estatuto dos Funcionários de Justiça e assegura um conjunto de medidas para valorização da carreira, e 438/XVI/1.<sup>a</sup> (CH) — Revê o pagamento do suplemento de recuperação processual, alterando o Decreto-Lei n.º 485/99, de 10 de novembro, e dos Projetos de Resolução n.ºs 528/XVI/1.<sup>a</sup> (BE) — Recomenda ao Governo que defina uma estratégia para responder à falta de oficiais de justiça e à dignificação das respetivas carreiras, 541/XVI/1.<sup>a</sup> (PAN) — Recomenda ao Governo a concretização da revisão do estatuto dos funcionários judiciais, a melhoria das suas condições de trabalho e a valorização da carreira, 552/XVI/1.<sup>a</sup> (L) — Recomenda a aprovação urgente do novo estatuto dos funcionários judiciais e 559/XVI/1.<sup>a</sup> (CDS-PP) — Recomenda ao Governo que proceda à reabilitação e modernização dos tribunais para um normal funcionamento do sistema judicial.

Estão a assistir aos trabalhos vários peticionários, subscritores desta petição.

Dou a palavra ao Sr. Deputado António Filipe, do Grupo Parlamentar do PCP, para a primeira intervenção. Dispõe de 2 minutos.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Os funcionários judiciais, não é exagero dizer, estão entre as classes profissionais mais injustiçadas deste País. Ao longo...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, só 1 minuto.

É que na questão do tempo de intervenção, tenho de confirmar, porque tenho ideia de que são 3 minutos e não 2 minutos. Portanto, vou só fazer a atualização.

Então, Sr. Deputado, dispõe de 3 minutos. Tem a palavra.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Dizia eu que os funcionários judiciais, não é exagero dizer, estão entre as classes profissionais mais injustiçadas deste País.

Efetivamente, há longos anos que se aguarda a aprovação de um estatuto profissional dos funcionários judiciais; há muitos anos que se aguarda uma contratação de funcionários judiciais para permitir que os tribunais funcionem com a normalidade que seria desejável. E, imagine-se, há décadas que está por cumprir a promessa da integração do suplemento de recuperação processual no salário, promessa que vem desde os tempos dos Governos de António Guterres e que, de Governo para Governo, tem sido sempre adiada, até se encontrar uma solução que seja justa, que seja digna, que seja satisfatória.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Até aqueles que o PCP apoiou!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Assim, o projeto de lei que o PCP traz a este debate tem a ver precisamente com isso, com a integração plena do suplemento de recuperação processual no salário dos funcionários judiciais.

No texto desta petição é muito ilustrativo o que veio disposto nos Orçamentos do Estado desde 2020, em que se aprovaram normas vinculativas para os Governos relativamente à aprovação do estatuto dos funcionários judiciais e à consagração de um regime de aposentação que tivesse em conta o regime especial de disponibilidade que é imposto aos funcionários judiciais.

Nada disso tem sido cumprido. Os Orçamentos do Estado de 2020, 2021 e 2022 foram sucessivamente incumpridos pelos Governos em funções, apesar daquilo que foi aprovado nesta Assembleia, em formulações para as quais o PCP se orgulha de ter contribuído.

Avançamos com esta proposta e pensamos que está, neste momento, ainda tudo por fazer relativamente ao que é necessário para os funcionários judiciais.

É preciso que as remunerações destes funcionários sejam atrativas, para que os jovens, designadamente, se sintam atraídos por estas carreiras, para a necessária renovação do pessoal e para que se ultrapasse uma situação em que grande parte da morosidade da justiça é devida ao facto de não haver funcionários judiciais em número suficiente para dar andamento aos processos.

Da parte do PCP, queria dizer que, para além do projeto de lei que hoje apresentamos para discussão, poderão contar com o nosso empenho para que se faça justiça a esta classe profissional, o que é importante para os próprios, para a sua família, para o funcionamento da justiça e para todo o País.

*Aplausos do PCP.*

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Inês de Sousa Real, do PAN, que dispõe de 2 minutos.

A Sr.<sup>a</sup> **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Começo por saudar os mais de 8000 peticionários que continuam a pedir justiça para quem nela trabalha. Não podemos deixar de partilhar a frustração destes funcionários por nos encontrarmos a discutir uma vez mais esta matéria e a situação dos oficiais de justiça.

Estamos basicamente no mesmo ponto onde já estávamos na Legislatura anterior e continuamos a ver os mesmos problemas, as mesmas promessas adiadas. É incompreensível a forma como os sucessivos Governos têm tratado os oficiais de justiça, que são não apenas a cara, mas o elo de ligação entre os cidadãos e o seu direito de acesso à justiça.

Não podemos deixar de referir que ainda ontem, nesta Assembleia da República, ouvimos a Sr.<sup>a</sup> Ministra da Justiça dizer que não tem qualquer dúvida de que se chegará a um acordo com os oficiais de justiça, mas que, se não se chegar, avança na mesma.

Ora, esta é uma postura incompreensível, mais uma a que este Governo, infelizmente, nos tem habituado.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Inês de Sousa Real** (PAN): — Não se pode falar em justiça quando quem nela trabalha é tratado deste modo. Estes trabalhadores e trabalhadoras estão cansados de esperar,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É igual ao PS!

A Sr.<sup>a</sup> **Inês de Sousa Real** (PAN): — ... estão cansados de ter secções judiciais a funcionar com um ou dois funcionários, estão cansados de receber tão pouco no início de carreira, pouco mais do que o salário mínimo nacional.

Não podemos falar tantas vezes na morosidade da justiça, na complexidade técnica dos processos, sobretudo dos megaprocessos, ou na justiça do dia a dia e, depois, esquecermos que quem nela trabalha tem de ter condições de atratividade na carreira, para poderem estar efetivamente em funções.

As reivindicações dos oficiais de justiça, no nosso entender, são mais do que claras e legítimas. Exigem, com justiça, a revisão do seu estatuto e da tabela salarial, a integração do suplemento de recuperação processual no vencimento, a criação de um regime especial de aposentação, um regime específico de avaliação e ainda o preenchimento integral dos lugares vagos na sua carreira e a abertura de procedimentos para o acesso a todas as categorias.

São exigências mínimas para quem garante o funcionamento diário de um dos pilares mais relevantes do nosso Estado de direito, que não pode ser descurado.

É por isso que as iniciativas que o PAN traz têm como objetivo dar resposta a todas estas justas reivindicações, porque, como bem dizem os próprios oficiais de justiça, é preciso garantir justiça para quem nela trabalha.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado João Graça, do Chega, que tem 3 minutos e 30 segundos.

O Sr. **João Paulo Graça** (CH): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Começo por agradecer aos peticionários e dizer que políticas fracas tornam fraca a justiça, porque a descredita e destroem o seu ativo mais importante, que são as pessoas.

*Aplausos do CH.*

Srs. Deputados, não é preciso ter experiência para saber que uma lei não é uma promessa política feita num panfleto, em altura de eleições, que depois vai para o lixo. Uma lei é algo que foi fruto de muito trabalho e responsabilidade. Publicar uma lei que seguiu todos os trâmites para depois o próprio Estado não a cumprir nem a fazer cumprir mostra o que têm sido as políticas, e os políticos, dos Governos em Portugal.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **João Paulo Graça** (CH): — O que tratamos hoje é nada mais, nada menos do que um pedido, um apelo, em desespero, dos oficiais de justiça. E sabem o que eles estão a pedir? Que se cumpra a lei e que a mesma seja adaptada e atualizada.

Srs. Deputados, não é o incumprimento de uma promessa política, mas é a aplicação da lei que prejudica o desempenho dos profissionais, magistrados e oficiais de justiça, e que, acima de tudo, tem manchado a imagem da justiça.

Mas vamos, então, aos factos que preocupam e que são de premente resolução.

A integração do suplemento remuneratório constava das leis do Orçamento do Estado de 2019 e 2020. Foi uma lei não cumprida do Governo do PS.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

O Sr. **João Paulo Graça** (CH): — Ainda no Orçamento do Estado de 2020, previa-se a revisão dos estatutos dos funcionários da justiça, a estar concluída, com a sua publicação em *Diário da República*, até ao final do mês de julho de 2020. Foi outra lei não cumprida do Governo do PS.



O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem! Não cumprem a lei!

O Sr. **João Paulo Graça** (CH): — Sobre o facto de ser uma carreira especial, ora, de especial não tem nada! Ou melhor, só em relação aos deveres dos funcionários. Neste caso, a lei não foi cumprida nem deixada de cumprir. Simplesmente, não existe. Quem nos governou até hoje? O PS e o PSD.

Sobre o ingresso urgente, muitas das colocações ficam desertas. Sabem porquê? Porque, embora previstos no Orçamento do Estado de 2019, verifica-se que os concursos foram escassos e os incentivos foram zero. Sabem quem governava? O PS.

Sobre o estatuto profissional, previsto nos Orçamentos do Estado de 2019, 2020 e 2021, sabem o que foi feito? Nada. Sabem quem governava? O PS.

Por fim, temos a proposta do Chega, porque é determinante o incremento do valor suplementar de recuperação processual do vencimento dos oficiais, passando para os 16,5 %, a ser paga em 14 meses e com efeitos retroativos a 1 de janeiro de 2021.

Srs. Deputados, um político deve cumprir e fazer cumprir a lei. Srs. Deputados e Srs. Membros dos Governos, os trabalhadores judiciais não são objetos de usar e deitar fora; são peças fundamentais na aplicação da lei e do Direito. Deixem-se de promessas, cumpram e façam cumprir a lei.

*Aplausos do CH.*

O Sr. **Presidente**: — Pelo Bloco de Esquerda, tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado Fabian Figueiredo. Tem 3 minutos.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Começo por saudar os peticionários, particularmente o Sindicato dos Funcionários Judiciais, que promoveu esta petição.

Tem de se começar por dizer o óbvio: respeitar e valorizar as carreiras e os salários dos oficiais e das oficiais de justiça é respeitar e valorizar a justiça e a sua correta administração.

Sendo a justiça cega, quem faz com que ela funcione tem vidas concretas, vidas esforçadas e um percurso de décadas de reivindicação salarial que é justa.

A Assembleia da República já reconheceu mais do que uma vez, por iniciativa do Bloco de Esquerda, em sucessivos Orçamentos do Estado nunca cumpridos, que o trabalho referente à recuperação dos processos em atraso deve ser incorporado nos salários. E 2025 tem de ser mesmo o ano em que a letra morta da lei se constitui um direito para quem garante que os tribunais funcionam.

Se a morosidade da justiça é um problema em Portugal, ela não é um problema maior porque as oficiais e os oficiais de justiça têm feito um trabalho abnegado para garantir que as cidadãs e os cidadãos têm acesso à justiça a tempo e horas.

Por isso, sim, é preciso justiça para quem trabalha e faz funcionar a justiça portuguesa, apesar da privação material, do desrespeito de sucessivos Governos e das baixas remunerações que auferem.

Por isso, concluímos com o nosso compromisso de sempre, que hoje vertemos novamente num projeto de resolução, para que, neste ano, se revejam as carreiras, se garanta que há contratações plurianuais, que os quadros são preenchidos, que os suplementos são integrados e que há uma compensação justa pelo trabalho suplementar.

Menos do que isso é desrespeitar quem todos os dias garante que uma estrutura basilar do Estado de direito democrático, a justiça, funciona.

*Aplausos do BE.*

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Isabel Mendes Lopes, do Livre, que dispõe de 3 minutos.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — O Rui Tavares não estava aí? Saiu mais cedo?

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Está tudo muito vazio, desse lado!...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Aí está sempre!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Está muito vazio!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Estão a trabalhar!

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Caros Concidadãos nas galerias, Caros Peticionários: Em primeiro lugar, quero agradecer a todos os peticionários que, com as suas assinaturas, colocam este Plenário a falar do sistema de justiça, que tanto depende dos funcionários judiciais.

Os funcionários judiciais estão na secretaria dos tribunais, nos serviços do Ministério Público. É com eles que o público tem o primeiro contacto, são eles que interagem com os advogados, é a eles que cabe executar os atos dos magistrados e outros atos judiciais. São, por isso, essenciais para o sistema de justiça. No entanto, têm sido, como muitas profissões de que depende o exercício das funções do Estado, pouco considerados e têm visto o seu dia a dia degradar-se.

Por isso, há uma preocupante falta de funcionários judiciais, e essa falta pressiona e sobrecarga os atuais funcionários judiciais. Logo, é reclamada, e muito justamente, a revisão do estatuto dos funcionários judiciais, mas também melhores condições salariais, designadamente através da integração na remuneração-base do suplemento de recuperação processual, e também um plano plurianual de ingresso na carreira.

A insatisfação dos funcionários judiciais e a insensibilidade do Governo já os levou a diversas greves, e estas paragens levaram ao adiamento de milhares de diligências, comprometendo a resposta dos tribunais num País onde os atrasos da justiça representam uma ferida no Estado de direito. Mas estas greves são mais do que justas.

Em 2023, foram 37 greves, o que quer dizer duas coisas importantes: o setor da justiça foi a classe que mais greves fez depois dos guardas-prisionais e dos trabalhadores dos registos e notariado, porque, de facto, estão injustiçados; e é a classe que mais greves fez depois dos professores.

A insatisfação dos funcionários judiciais tem um evidente e expressivo efeito de contágio a todo o sistema judicial, com repercussões na nossa sociedade — aliás, até a Comissão Europeia se manifestou sobre este tema no seu relatório anual sobre o Estado de direito no capítulo relativo a Portugal.

O estatuto dos profissionais judiciais vai fazer 26 anos, é de 1999. O processo de revisão desta carreira estava em curso na anterior Legislatura e ficou pelo caminho.

A 13 de janeiro deste ano, na cerimónia de abertura do ano judicial, os funcionários judiciais manifestaram-se em silêncio e pediram justiça para quem nela trabalha.

Por isso, o Livre traz um projeto de resolução e insta o Governo a ouvir as profissões da justiça e a aprovar com urgência o Estatuto dos Funcionários de Justiça. Não uma coisa qualquer, mas um estatuto que resulte de uma negociação séria e que valorize o papel desta classe, porque, no fundo, é muito simples: o que se pede é justiça também para as profissões da justiça.

*Aplausos do L.*

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Nuncio, do CDS-PP, que dispõe de 3 minutos.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Coitado do Paulo! Fica cansado, hoje!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Quando o atual Governo PSD/CDS tomou posse, encontrou uma situação de intranquilidade e de estagnação no setor judicial.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É verdade!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Em maio de 2023, a falta de resposta do Governo socialista motivou a petição que hoje discutimos nesta Câmara. Há anos que os oficiais de justiça enfrentam condições de trabalho indignas e o Governo socialista, mais uma vez, nada fez.

Mas tal como aos enfermeiros, trago-vos uma boa notícia: o PS já não está no Governo. Este é um Governo do PSD e do CDS e foi preciso este Governo da Aliança Democrática tomar posse para que estes profissionais tivessem a sua voz ouvida. Dois meses, não foram oito anos; dois meses depois de este Governo tomar posse, já se tinha chegado a acordo com os oficiais de justiça.

Em junho, este Governo celebrou o acordo que permitiu a melhoria das condições do suplemento de recuperação processual e houve logo um compromisso da Sr.<sup>a</sup> Ministra da Justiça quanto à revisão do Estatuto dos Funcionários de Justiça.

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Mais ou menos!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Na altura, o Governo reconheceu que ainda há muito caminho a percorrer neste setor e, por isso, contratou 570 oficiais de justiça, que já entraram em funções este mês, o que é mais um sinal claro de que este Governo está comprometido com a melhoria das condições do setor. Ao mesmo tempo, começou já este ano a negociar o estatuto da carreira e tem uma nova reunião marcada para dia 5 de fevereiro.

Por outro lado, os tribunais e os serviços do Ministério Público precisam urgentemente de ser reabilitados e modernizados, para que os funcionários judiciais tenham as condições que precisam, as condições que merecem. É por isso que o CDS apresenta hoje um projeto de resolução que recomenda ao Governo que continue a valorizar os oficiais de justiça, como tem feito, bem como proceda à urgente reabilitação e modernização dos tribunais.

Mas as medidas já tomadas pelo Governo não são o fim do caminho. Sabemos que os desafios estruturais e humanos que afetam o setor ainda exigem respostas robustas e sustentáveis. O envelhecimento da classe e o défice de pessoal continuam a ser problemas urgentes.

É, pois, fundamental que este Parlamento reconheça que garantir a valorização dos oficiais de justiça e modernizar os nossos tribunais não são apenas metas administrativas; são metas imperativas para assegurar uma justiça célebre, eficiente e digna de um Estado de direito democrático.

*Aplausos do PSD.*

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Raquel Ferreira, do PS, que dispõe de 3 minutos.

A Sr.<sup>a</sup> **Raquel Ferreira** (PS): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Antes de mais, quero saudar os Srs. Peticionários aqui presentes, na pessoa do Sr. António Marçal, e agradecer-lhes por terem trazido a petição «Respeitar os oficiais de justiça, melhorar as suas condições de trabalho e valorizar o seu estatuto de carreira para um normal funcionamento do sistema de justiça», porque esta petição permitiu que hoje pudéssemos ter aqui várias iniciativas e discuti-las nesta sessão plenária.

Importa salientar que durante a anterior Legislatura foi anunciada pela Ministra da Justiça, Catarina Sarmento e Castro, a revisão do Estatuto dos Funcionários de Justiça, que passava pela alteração do Decreto-Lei n.º 485/99, apontando para a valorização de profissionais, formação e carreiras, e tal só não sucedeu devido à dissolução do Governo, o que não permitiu a conclusão dessa revisão.

Agora, obviamente, compete a este Governo proceder à revisão do estatuto dos oficiais de justiça, assegurando um conjunto de medidas para a valorização e atratividade da respetiva carreira.

Os oficiais de justiça têm um papel muito importante na justiça, fazem horários para lá do seu horário normal, fazem múltiplas funções para que se satisfaça atempadamente todos os processos, nomeadamente os processos urgentes.

Não obstante a audição regimental que decorreu ontem e a Sr.<sup>a</sup> Ministra da Justiça ter mencionado a celeridade da justiça e o aumento da atratividade das carreiras dos oficiais de justiça, o certo é que se furtou a concretizar que medidas tinha pensado para tornar essas carreiras mais atrativas.

Os funcionários judiciais são fundamentais para o funcionamento da justiça, e a justiça tem de ter noção disso.

Quanto aos projetos de resolução aqui apresentados, em relação ao Projeto de Resolução n.º 559/XVI/1.ª, apresentado pelo CDS-PP, quero dizer que relativamente à modernização dos tribunais, o PS deixou...

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Zero!

A Sr.ª **Raquel Ferreira** (PS): — Sr. Deputado, o PS deixou 296 tribunais com o Balcão Mais a funcionar e uma dotação de 155 milhões de euros do PRR, tendo ficado já 46 % desta verba contratualizada.

*Protestos do Deputado do CH Pedro Pinto e do Deputado do CDS-PP Paulo Nuncio.*

Sr. Deputado, em relação ao edificado,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Tem contentores com ratos lá dentro!

A Sr.ª **Raquel Ferreira** (PS): — ... se o Governo executar todas as obras que ficaram contempladas, todas as obras com autorização de investimento, com todos os procedimentos pré-contratuais, os senhores andarão num corrupio a cortar fitas.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — São iguais!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Para os oficiais de justiça, zero!

A Sr.ª **Raquel Ferreira** (PS): — Sim, a cortar fitas, inaugurando o trabalho iniciado pelo Governo do Partido Socialista.

*Aplausos do PS.*

Relativamente aos restantes projetos de resolução, do Bloco de Esquerda, do PAN e do Livre, quero dizer que vêm ao encontro do que é necessário para concretizar esta revisão.

Portanto, é essencial que o Governo tenha a capacidade de conseguir encontrar soluções de consenso para a revisão do Estatuto dos Funcionários de Justiça.

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.ª Deputada Andreia Neto, do PSD, que dispõe de 3 minutos.

A Sr.ª **Andreia Neto** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.ªs e Srs. Deputados: Discutimos uma petição subscrita pelos senhores oficiais de justiça, que aproveito para cumprimentar.

A verdade é que esta foi a primeira classe profissional a que este Ministério da Justiça deu atenção.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Muito bem!

A Sr.ª **Andreia Neto** (PSD): — O Governo conseguiu, em pouco tempo, apaziguar o clima de crispação com os oficiais de justiça deixado pelo anterior Governo.

*Aplausos do PSD.*

Convém lembrar, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, que o Governo chegou a acordo em junho de 2024 com o Sindicato dos Funcionários Judiciais, o mais representativo do setor, que vinha de várias greves, decretadas durante cerca de 18 meses, por causa do suplemento de recuperação processual.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Bem lembrado!

A Sr.<sup>a</sup> **Andreia Neto** (PSD): — Aliás, esse acordo foi materializado através de decreto-lei, que alterou as condições de pagamento do suplemento de recuperação processual.

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, a justiça célere exige mais oficiais de justiça e também aqui o Governo já fez muito: em maio, o Governo anunciou que iria proceder ao recrutamento imediato de 108 oficiais de justiça; em agosto, a Sr.<sup>a</sup> Ministra da Justiça anunciou um concurso externo para o recrutamento de cerca de 600 oficiais de justiça; e já foi concluída a contratação destes profissionais, que iniciaram funções esta semana, após uma formação intensiva de duas semanas — e só nove meses passaram desde o dia em que este Governo iniciou funções.

Os oficiais de justiça já tiveram provas da determinação e da boa-fé deste Governo, quer no aumento do suplemento de recuperação, decidido e pago em 2024, quer no recrutamento de 600 oficiais de justiça, quer também na revisão, que se encontra em curso, do estatuto profissional.

O Grupo Parlamentar do PSD reconhece o valor do trabalho desta classe profissional e as suas preocupações.

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, é verdade que há um enorme atraso na revisão do estatuto. Durante anos foi prometido por Governos anteriores e nada foi feito, mas este Governo, em nove meses, comprometeu-se a dar início aos trabalhos de revisão do estatuto e assim fez. Aliás, prosseguiu com os trabalhos de revisão do estatuto dos oficiais de justiça e ainda ontem a Sr.<sup>a</sup> Ministra disse, no Parlamento, que vão definir um protocolo inicial com os dois sindicatos para este propósito, para suspender as greves que estão em curso e para que se iniciem as respetivas negociações.

Aos petionários, queremos dizer: vemos confiança e vontade no Ministério da Justiça para a resolução de um problema que afeta os oficiais de justiça há muitos anos e estamos certos de que os funcionários judiciais sabem que têm no Governo um aliado.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Patrícia Gilvaz, da IL, que dispõe de 2 minutos.

A Sr.<sup>a</sup> **Patrícia Gilvaz** (IL): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Quero começar por agradecer aos mais de 8000 subscritores desta petição que trouxeram o tema a debate, porque a justiça é um pilar fundamental numa democracia liberal, mas a sua eficácia depende da valorização de todos os que nela trabalham, incluindo os oficiais de justiça, cujo papel é imprescindível para o bom funcionamento dos tribunais e para o acesso dos cidadãos à justiça.

É necessário sermos claros: as reformas da justiça não podem continuar a ser medidas avulsas ou fruto de anos de promessas incumpridas.

A integração do suplemento de recuperação processual e a revisão do Estatuto dos Funcionários de Justiça, que os petionários reivindicam, são temas que têm sido sucessivamente adiados, o que, desde logo, reflete uma incapacidade crónica dos sucessivos Governos de enfrentar os problemas estruturais do setor.

A Iniciativa Liberal acredita que a valorização dos oficiais de justiça deve estar integrada numa reforma mais ampla que promova a eficiência, a meritocracia e a gestão racional de recursos, garantindo, desde logo, a qualificação dos nossos oficiais de justiça, pois o atual paradigma de falta de formação contínua tem de ser invertido e os profissionais devem ser capacitados, tendo uma oportunidade de progredir na carreira mediante o investimento em formação contínua. Esta revisão deve garantir uma progressão baseada no mérito e na transparência, de modo a premiar o desempenho e não apenas a antiguidade.

É necessária a modernização e desburocratização dos tribunais, a digitalização do sistema judicial, eliminando burocracias e tornando a justiça mais ágil, flexível e acessível. Não sei se a Sr.<sup>a</sup> Deputada do PS

Raquel Ferreira teve a oportunidade de ir aos tribunais, mas os computadores e sistemas operativos dos nossos tribunais, em que os oficiais de justiça trabalham, são do século passado, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

É tempo de olhar para a justiça como um sistema integrado e não como uma soma de partes isoladas. É fundamental a eficiência acompanhada de dignidade profissional.

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, o que está hoje em causa é mais do que salários ou suplementos; o que está em causa é a credibilidade do sistema judicial. Não é uma questão laboral, é uma questão de justiça para aqueles que dedicam a vida a fazê-la funcionar.

*Aplausos da IL.*

O Sr. **Presidente**: — Terminou assim o último ponto da nossa ordem do dia.

Vou agora passar a palavra ao Sr. Secretário da Mesa para fazer a leitura de algum expediente, que é curto, e na nova modalidade, acordada na Conferência de Líderes, fica um bocadinho mais curto.

O Sr. **Secretário** (Jorge Paulo Oliveira): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Quería informar a Câmara que deram entrada e foram admitidos os Projetos de Lei n.ºs [461/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (PCP), [462/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (PCP) e [463/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (IL).

É tudo, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, a nossa reunião de amanhã, às 15 horas, terá a seguinte ordem do dia.

Ponto 1: discussão conjunta da Proposta de Lei n.º 35/XVI/1.<sup>a</sup> (GOV) — Autoriza o Governo a transpor parcialmente a Diretiva (UE) 2022/542, no que diz respeito às taxas do imposto sobre o valor acrescentado, alterando o Código do IVA e o regime especial de tributação dos bens em segunda mão, objetos de arte, de coleção e antiguidades, e dos Projetos de Lei n.ºs 53/XVI/1.<sup>a</sup> (PAN) — Aplica a taxa reduzida do IVA aos produtos alimentares destinados a animais de companhia, alterando o Código do IVA, 54/XVI/1.<sup>a</sup> (PAN) — Aplica a taxa reduzida do IVA aos atos médico-veterinários, alterando o Código do IVA, 356/XVI/1.<sup>a</sup> (PAN) — Aplica a taxa reduzida do IVA à utilização de métodos alternativos ao uso de animais em contexto de investigação científica, alterando o Código do IVA, 423/XVI/1.<sup>a</sup> (PAN) — Repõe a taxa de IVA a 23 % aos espetáculos tauromáquicos, corrigindo a violação da Diretiva 2006/112/CE do Conselho, de 28 de novembro de 2006, do atual normativo e 424/XVI/1.<sup>a</sup> (PAN) — Elimina a isenção de IVA dos toureiros, alterando o Código do IVA;

Ponto 2: discussão conjunta da Proposta de Lei n.º 38/XVI/1.<sup>a</sup> (GOV) — Altera a Lei n.º 67/2003, de 23 de agosto, no sentido de alargar o período de duração máxima da proteção temporária de pessoas deslocadas de países terceiros, impossibilitadas de regressar em curto prazo ao seu país de origem, juntamente com o Projeto de Resolução n.º 553/XVI/1.<sup>a</sup> (L) — Recomenda a adoção de medidas para assegurar o acesso efetivo dos beneficiários de proteção temporária a direitos e a soluções duradouras;

Ponto 3: discussão conjunta da Proposta de Lei n.º 42/XVI/1.<sup>a</sup> (GOV) — Autoriza o Governo a transpor parcialmente as Diretivas (UE) 2020/285 e (UE) 2022/542, sobre o regime de isenção do imposto sobre o valor acrescentado aplicável às pequenas empresas, e dos Projetos de Lei n.ºs 33/XVI/1.<sup>a</sup> (IL) — Isenta as pequenas e médias empresas da obrigação de inventariação permanente de *stocks* (alteração ao Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho) e 39/XVI/1.<sup>a</sup> (IL) — Simplifica o processo de recuperação do IVA no caso dos créditos de cobrança duvidosa (alteração ao Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 394-B/84, de 26 de dezembro);

Ponto 4: discussão conjunta dos Projetos de Resolução n.ºs 16/XVI/1.<sup>a</sup> (IL) — Médico de família para todos e 17/XVI/1.<sup>a</sup> (IL) — Trazer a gestão pública das unidades de saúde EPE para o século XXI, dos Projetos de Lei n.ºs 420/XVI/1.<sup>a</sup> (BE) — Elimina a possibilidade de privatização dos cuidados de saúde primários e dos cuidados hospitalares inseridos no Serviço Nacional de Saúde e 433/XVI/1.<sup>a</sup> (CH) — Flexibiliza o regime jurídico das parcerias público-privadas na área da saúde, e dos Projetos de Resolução n.ºs 539/XVI/1.<sup>a</sup> (PAN) — Pela criação de um projeto-piloto de intervenções terapêuticas em situações clínicas ligeiras por farmacêuticos nas farmácias comunitárias, 548/XVI/1.<sup>a</sup> (PS) — Recomenda ao Governo a generalização das USF modelo B, 554/XVI/1.<sup>a</sup> (L) — Recomenda ao Governo o reforço dos cuidados de saúde primários, 560/XVI/1.<sup>a</sup> (CDS-PP) — Recomenda ao Governo que atribua um médico de família aos grupos mais vulneráveis até ao final do ano de 2025 e

565/XVI/1.<sup>a</sup> (CDS-PP) — Recomenda ao Governo que retome e amplie as parcerias público-privadas na saúde em Portugal;

Ponto 5: discussão conjunta dos Projetos de Lei n.ºs 266/XVI/1.<sup>a</sup> (L) — Altera a lei-quadro do estatuto de utilidade pública, aprovada pela Lei n.º 36/2021, de 14 de junho – atribuindo fins de utilidade pública aos meios de comunicação social que se dedicam ao jornalismo sem fins lucrativos, e 440/XVI/1.<sup>a</sup> (BE) — Inclui o jornalismo sem fins lucrativos na Lei-Quadro do Estatuto de Utilidade Pública (alteração à Lei n.º 36/2021, de 14 de junho);

Ponto 6: apreciação do Decreto-Lei n.º 76/2024, de 23 de outubro, que altera o regime jurídico da exploração dos estabelecimentos de alojamento local, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 128/2014, de 29 de agosto, e revoga medidas no âmbito da habitação [Apreciação Parlamentar n.º 3/XVI/1.<sup>a</sup> (PS)], em conjunto com o Projeto de Resolução n.º 519/XVI/1.<sup>a</sup> (BE) — Cessaçã o de vigência do Decreto-lei n.º 76/2024, de 23 de outubro, que altera o regime jurídico da exploração dos estabelecimentos de alojamento local, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 128/2014, de 29 de agosto, e revoga medidas no âmbito da habitação.

Aconselho a todos bom descanso, porque a maratona de amanhã promete.

Srs. Deputados, está encerrada a sessão.

*Eram 20 horas e 5 minutos.*

*Presenças e faltas dos Deputados à reunião plenária.*

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.